



Confederação da Agricultura
e Pecuária do Brasil

twitter.com/SistemaCNA
facebook.com/SistemaCNA
instagram.com/SistemaCNA

www.cnabrazil.org.br

Comunicado Técnico

Edição 1 - Novembro de 2017

COMISSÃO NACIONAL DE AQUICULTURA

Mais um recomeço...

O Brasil é reconhecido mundialmente como um dos países de maior potencial para a produção de pescado, tendo produzido 1,3 milhões de toneladas (R\$ 6,5 bilhões) em 2016. Na última década, apresentou crescimento de 10% ao ano, a maior taxa dentre as cadeias de proteína animal no Brasil.

Os setores de aquicultura e pesca brasileira vem sofrendo há vários anos com as instabilidades das instituições governamentais responsáveis pela sua gestão, desde a criação da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP) em 2003, transformada em Ministério em 2009, extinto em 2015 e incorporado como uma Secretaria no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Em 2017, a aquicultura e pesca foram transferidas para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC em março e, em novembro, foi recriada a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP).

A divisão de competências entre ministérios já é comprovadamente ineficiente e prejudicial ao setor produtivo, haja visto exemplos da época em que o MPA era responsável pela área de produção, e o MAPA pelo serviço de inspeção. A inspeção exigia padrões físicos e documentação para entrada de matéria prima na indústria sem o prévio conhecimento do setor produtivo ou do MPA. O resultado era o rechaço de pescado na indústria pelo não cumprimento das exigências documentais ou técnicas. Tudo indica que agora, com a mudança para uma Secretaria com status de Ministério problemas semelhantes provavelmente ocorrerão, trazendo novos prejuízos ao setor.

Apesar da instabilidade política, a aquicultura é a cadeia de proteína de origem

animal que vem apresentando os maiores índices de crescimento de consumo e produção. No entanto, estas constantes mudanças geram descontinuidade e atraso na implementação de ações importantes para o setor e criam mais estrangulamentos à estruturação da cadeia da aquicultura e pesca no País. Muitos marcos regulatórios são obsoletos, falta segurança jurídica aos investidores, há carência de assistência técnica, insuficiência de pacotes tecnológicos e dificuldade de acesso ao crédito. Esta desestruturação corrobora para os problemas encontrados no setor, entre eles:

- Dificuldade para regularizar a atividade (licenciamento ambiental, outorga de água, cessão de uso de água públicas, etc.).
- Elevado custo de produção, alto valor dos produtores no varejo e oferta insuficiente.
- Número insuficiente de indústrias de processamento.
- Lenta expansão da atividade.

A política agrícola brasileira é de competência MAPA e, portanto, não há fundamentação técnica para a migração da aquicultura e da pesca empresarial daquele Ministério. O crédito rural, o seguro rural, o Plano Agrícola e Pecuário, os convênios da área de defesa sanitária animal com os estados, a representatividade junto a órgãos internacionais, o trânsito animal (nacional e internacional), política comercial são ações de competência exclusiva do MAPA e que não podem ser descontinuadas sob o risco de colapsar os setores da aquicultura e pesca empresarial brasileira.

A recriação da SEAP levanta alguns pontos preocupantes para o setor: frente a tantas áreas especializadas necessárias para fomentar e dar continuidade às políticas de aquicultura e pesca no Brasil, será imprescindível uma grande reestruturação de pessoal para atender toda a necessidade do setor. A Secretaria Especial terá recurso para organizar novos concursos na atual situação do país? A cessão de servidores de outros órgãos será suficiente para cobrir a necessidade técnica tão específica dessas áreas? Quando a SEAP realmente estará pronta para atender todas as necessidades do setor?

A constante alteração de Ministérios da Secretaria de Aquicultura e Pesca deixará o setor sem os avanços necessários no que diz respeito à estruturação e desenvolvimento de políticas públicas. O setor terá que trabalhar por conta própria para se adequar à nova normativa sanitária vigente (IN MPA nº 04/2015 – Aquicultura com Sanidade). Para isso, contará com o apoio do material elaborado pela CNA e pela capacitação pelo SENAR. A elaboração, pela CNA, de um Plano Nacional para o Desenvolvimento da Aquicultura possibilitará a efetivação do diagnóstico atual da aquicultura brasileira e os procedimentos necessários, no âmbito público e privado, para o efetivo desenvolvimento do setor a curto, médio e longo prazo.

Os setores da aquicultura e pesca precisam do apoio do poder executivo para conseguir materializar o real potencial de crescimento e desenvolvimento que tem. Ao nosso ver, esses setores deveriam permanecer no MAPA, que é a “casa” de todas as cadeias produtivas, tanto animal quanto vegetal. É lá onde estão os especialistas de cada área, trânsito nacional e internacional, sanidade, fomento, ins-

peção, acesso a mercados, não fazendo sentido uma cadeia produtiva da agropecuária estar vinculada a outro ministério que não o MAPA.

No entanto, o nosso interesse é o desenvolvimento do setor. Para isso, é preciso

que o setor seja ouvido e acolhido, seja onde for. Dessa forma, é primordial que as lideranças se empoderem do conhecimento técnico, e não apenas do político. As instituições têm que ter quadro de funcionários compatível com a quantidade e a qualificação exigida pelo trabalho

a ser feito e que o diálogo com o setor continue aberto para que possamos trabalhar de forma eficiente para fazer com que a aquicultura e pesca brasileira alavanquem, efetivamente, no setor do agronegócio brasileiro. 🌱